



EM DEFESA DOS DIREITOS DE BEBÊS E CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: POR UMA PEDAGOGIA ALEIJADA DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL

In defense of the rights of babies and children with disabilities: for a crippled pedagogy since child education

Fernanda Cristina de **SOUZA**
Coordenadora de Licenciatura em Pedagogia
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de São Paulo
Presidente Epitácio, Brasil
fernanda.souza@ifsp.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-8581-4895> 

Saimonton **TINOCO**
Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais
Universidade Federal da Paraíba
Areia, Brasil
saimonton.tinoco@academico.ufpb.br
<https://orcid.org/0000-0003-4824-5421> 

Andréia Regina de Oliveira **CAMARGO**
Núcleo de Educação Infantil – Escola Paulistinha de
Educação
Universidade Federal de São Paulo
Votorantim, Brasil
acamargo13@unifesp.br
<https://orcid.org/0000-0002-1158-2814> 

Mais informações sobre a obra no final do artigo 

O **Dossiê Bebês e Crianças com Deficiência na Educação Infantil** nasce do encontro entre uma professora que atua no curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, e um professor que atua na Universidade Federal da Paraíba, inquieta e inquieto com as questões da infância e da deficiência nas intersecções entre raça, classe, gênero e geração, num momento em que o direito à educação, na perspectiva da Educação Inclusiva, vê-se ameaçado por forças conservadoras e privatistas blindadas pelo neoliberalismo. A exemplo disso, nota-se as implicações do Decreto 10.502, assinado pelo Presidente da República em 30 de setembro de 2020, que, mesmo suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF), revela tamanho retrocesso, ao negar o acesso e a permanência em instituições educacionais comuns públicas, laicas, gratuitas e inclusivas à população

com deficiência, impedindo o convívio entre pessoas com e sem deficiência em espaços coletivos, tal como preconizado pelas sociedades democráticas.

Como estratégia de resistência e defesa de uma educação emancipatória, anticapacitista, antirracista, antissexista e na contramão do adultocentrismo, esse encontro inaugura os trabalhos do grupo de pesquisa *Atravessamentos: infâncias, deficiências e interseccionalidades* no ano de 2021, na tentativa de dar visibilidade às crianças com deficiência¹ nos contextos de educação infantil a partir de uma interlocução que tenta aproximar a primeira etapa da educação básica à educação especial à luz dos princípios éticos, políticos e estéticos preconizados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2009) e na Nota Técnica nº 02/2015, que estabeleceu orientações para a organização da oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil, além da perspectiva inclusiva manifestada pela Política Nacional de Educação Especial, publicada no ano de 2008 (BRASIL, 2008), e pelo Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009).

Além de representar um conjunto de ações requeridas por parte significativa da sociedade, incluindo movimentos sociais de pessoas com deficiência e sem deficiência, implementadas nas políticas públicas do Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) contribuiu para o aumento das matrículas de bebês e crianças com deficiência nas instituições de educação infantil, mesmo reconhecendo os desafios das matrículas na primeira etapa da educação básica, tal como indicado por Souza (2018). Esse fenômeno passou a demandar outras possibilidades para pensar pesquisas, políticas e práticas pedagógicas destinadas ao público elegível da educação especial.

Em decorrência dessa emergência, a inclusão de crianças com deficiência nos contextos de educação infantil inclusivos se tornou pauta demandada pelos processos de formação inicial e continuada de docentes. Nesse sentido, o **Dossiê Bebês e Crianças com Deficiência na Educação Infantil**, reconhecendo o compromisso da Revista **Zero-a-Seis** com as pesquisas, pretende contribuir para os estudos acerca das temáticas que articulam infância e deficiência, sem perder de vista os diversos contextos sociais em que as crianças estão inseridas. Assim, os objetivos são mapear, atualizar e ampliar esse campo de estudos na primeira etapa da educação básica, com

¹ Optamos pela expressão "crianças com deficiência", considerando as especificidades da educação infantil, para nos referirmos ao público-alvo da educação especial preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, alterada pela Lei nº 12.796/2013 (BRASIL, 1996).

base em referenciais teóricos ancorados nos princípios éticos, políticos e estéticos que fundamentam a educação infantil.

É importante, ainda, esclarecer que compreendemos a infância como categoria histórica, geracional, permanente na estrutura social, também determinada e constituída pelas crianças. Levamos em conta as forças macroestruturais que influenciam seus modos de vida, como apontado por Qvortrup (2011). Contudo, não perdemos de vista a dimensão da heterogeneidade que determina as variações nas condições em que as crianças vivem, numa perspectiva plural.

Por sua vez, o conceito de deficiência também é histórico; revela disputas em torno de sua concepção. Portanto, optamos pelo apoio das produções baseadas nos estudos *Crip*² (MCRUER, 2016), pois nos ajudam a ressignificar perspectivas que, fundamentadas no modelo biomédico, impuseram uma visão de corponormatividade, sustentando práticas pedagógicas baseadas em aspectos fisiológicos de corpos considerados doentes e que precisariam ser reabilitados, conforme Bisol, Pegorini e Valentini (2017). Olhar para o conceito de deficiência a partir dos estudos *Crip* nos contextos de educação infantil nos ajuda a indagar práticas culturais baseadas em modelos heteronormativos e corponormativos que geram sistemas de opressão baseados no capacitismo, no racismo estrutural, no sexismo e no adultocentrismo exercidos contra bebês e crianças com deficiência. Defendemos uma Pedagogia Aleijada desde a educação infantil porque esta é capaz de fraturar e romper com modelos hegemônicos e colonialistas de pensamento sobre os corpos com deficiência, propondo estratégias contra-hegemônicas para se pensar as infâncias – é dar visibilidade para as vozes de pessoas com deficiência, desde bebês e crianças.

Por isso, este dossiê, tecido num contexto de intensos desafios provocados por fatores diversos, entre eles o contexto de pandemia e as questões conjunturais localizadas no âmbito das macro e micropolíticas, coloca-se como uma contribuição para refletirmos sobre outros modos de pensarmos a inclusão de bebês e crianças com deficiência em articulação com as discussões sobre a infância, numa perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2002; 2004). Este dossiê se organiza em 14 artigos, sendo duas produções internacionais, dois ensaios e doze relatos de pesquisa. As autoras e os autores dos textos publicados são pesquisadoras e pesquisadores com e sem deficiência. Um esclarecimento a ser feito é que nem todos os textos se referem

² A palavra *crip*, em inglês, deriva de *crippe*, que significa “aleijada”. É uma expressão que indaga, é fluida e em mudança. Ao mesmo tempo em que pode apresentar uma conotação pejorativa, funciona como uma marca política, pois coloca em xeque os binarismos, construídos cultural e politicamente, capaz de hierarquizar sujeitos (MCRUER; 2016; MAGNABOSCO; SOUZA, 2019).

exclusivamente aos contextos de educação infantil, mas articulam infância e deficiência, o que, do nosso ponto de vista, pode contribuir para o intercâmbio de saberes. Esse aspecto revela, ainda, a pouca produção sobre a temática que articula infâncias e deficiências nas pesquisas no âmbito da educação infantil.

Das andanças, dos diálogos e das escutas decorrentes dos encontros com outras pesquisadoras e pesquisadores da educação infantil, convidamos a professora Andréia Regina de Oliveira Camargo, do Núcleo de Educação Infantil da Universidade Federal de São Paulo (NEI-Paulistinha), para compartilhar, na seção “Outras Linguagens”, as cartas tecidas que fizeram parte de sua pesquisa de pós-doutorado e foram produzidas no conjunto das ações do curso de extensão Educação Infantil na perspectiva da Educação Inclusiva, coordenado pelo Núcleo de Educação e Estudos da Infância, vinculado à Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba (UFSCar/Sorocaba), em parceria com o IFSP-Presidente Epitácio e a UFPB, campus Areia, edição 2021. Cartas que mobilizaram reflexões, o memorar de histórias, que potencializaram questionamentos, partilhas e diálogos, ampliando os espaços e formas de acolhimento, escuta, reflexão e transformação docente. Fotografias produzidas pela Malu, criança cega de nascença de 3 anos de idade, irão compor as narrativas docentes, no intuito de nos provocar a pensar as infâncias, as crianças, o currículo, a educação infantil, a inclusão e a profissão docente na primeira etapa da educação básica.

Abrindo este dossiê, apresentamos dois artigos que nos auxiliam a compreender aspectos conjunturais e problematizam as perspectivas em disputa em torno da concepção inclusiva de educação e do direito à educação.

O primeiro deles, intitulado “Confluências entre deficiência e infância: um ensaio sobre opressões e políticas de cuidado”, produzido por Laurene Marília de Lima Costa, Carla Biancha Angelucci e Mariana Rosa, caracteriza-se como um ensaio teórico acerca dos entroncamentos de opressão que atravessam as vidas de pessoas com deficiência, desde crianças, no contexto das sociedades capitalistas. O texto problematiza o conceito de capacitismo, numa perspectiva interseccional, com base nos estudos de Crenshaw (2002), o que possibilita questionar a mercantilização do cuidado, a corponormatividade, o racismo estrutural e o patriarcado. Ao defenderem o cuidado como um valor das sociedades democráticas, é possível estabelecermos pontos de conexão entre a perspectiva inclusiva de educação e o cuidado como um dos fundamentos da educação infantil.

O artigo “A inclusão como princípio inegociável: contribuições à educação infantil”, de autoria de Gustavo Martins Piccolo, fundamentado nas contribuições da

Psicologia Histórico-Cultural, faz uma crítica contundente ao Decreto 10.502/2020, que estabelece a “nova” Política Nacional de Educação Especial, mesmo que suspenso pelo STF, mas que se mostra como uma armadilha reacionária acerca da perspectiva inclusiva de educação. Ancorado numa perspectiva histórica de infância, analisa a educação institucionalizada nas sociedades contemporâneas, como forma de defender a educação e o cuidado de crianças com deficiência em contextos coletivos, não segregados. Num tom propositivo, defende a implementação de políticas públicas potencializadoras de desenvolvimento humano desde a educação infantil.

Na sequência, são apresentadas seis produções que contribuem sobremaneira para a articulação entre infâncias e deficiências nas pesquisas. Algumas delas, realizadas em programas de pós-graduação vinculados à educação especial; outras, estabelecem conexões mais estreitas com as temáticas da infância. Em articulação, todas as pesquisas despertam para possibilidades de reflexão sobre a perspectiva da educação inclusiva.

Nesse sentido, o artigo “Infância e deficiência: notas sobre um não-lugar na produção acadêmica”, de autoria de Shirley Silva e de Cleber Nelson de Oliveira Silva, provoca-nos a refletir sobre a invisibilidade das crianças com deficiências nas pesquisas. A autora e o autor analisam a produção acadêmica que visa articular educação infantil, crianças pequenas com deficiências e políticas educacionais, por meio de uma revisão bibliográfica, tomando como base estudos elaborados em programas de pós-graduação *stricto sensu*, artigos publicados em periódicos da área da educação e trabalhos de pesquisas apresentados em associação científica, com recorte temporal entre 2000 e 2020. Assim, foi possível constatar um número reduzido de trabalhos que articulam as temáticas, estando a maioria deles localizada no campo da educação especial. O estudo, além de ter um recorte atual, provoca pesquisadoras e pesquisadores a se debruçar sobre a temática do direito à educação, levando em conta as especificidades da educação infantil numa perspectiva inclusiva.

Na mesma direção, o artigo “Estudos com/sobre bebês com deficiência na educação infantil: uma reflexão sobre as produções acadêmicas (2008-2021)”, de Luciana Aparecida de Araujo, Cleriston Izidro dos Anjos e Claudia Regina Mosca Giroto, cujo recorte temporal marca o ano de publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (de 2008 até o ano de 2021), analisa o estado da produção dos estudos e pesquisas com/sobre bebês com deficiências na educação infantil, a partir de uma revisão bibliográfica junto ao Portal de Acesso Aberto à Informação Científica (Oasisbr). Os resultados da ação empreendida pelas autoras e

pelo autor evidenciam a escassez de estudos sobre a temática e apontam para a necessidade de ampliar trabalhos que contribuam para a inclusão de bebês com deficiências na primeira etapa da educação básica, o que pode potencializar, inclusive, caminhos para a construção de políticas integradas para o atendimento desses sujeitos.

O artigo "Princípios orientadores da abordagem Pikler: o olhar pikleriano sobre a perspectiva da educação inclusiva", de Kerolyn Christina Moreira, Cátia Lacerda Sodr e e Suzete Araujo Oliveira Gomes, refere-se a um levantamento bibliográfico sobre a abordagem pikleriana e sua interlocu o com os estudos voltados às crianças com deficiência na educa o infantil. Ancoradas nos pressupostos da educa o especial na perspectiva da educa o inclusiva, as autoras concluem que os fundamentos da abordagem Pikler contribuem para novas possibilidades de intera o entre docentes e crianças com deficiências e valorizam as especificidades de cada uma delas nos contextos inclusivos.

A produ o de Elisangela Leal Mercado, intitulada "Crianças com síndrome cong nita do Zika Vírus na educa o infantil: contexto histórico e pedagógico", traz para o foco das pesquisas as crianças com Síndrome Cong nita do Zika Vírus. Com base numa abordagem qualitativa exploratória-descritiva, o estudo se apoiou na pesquisa bibliográfica, complementada por entrevistas semiestruturadas com professoras e gestoras de institui es de educa o infantil do município de Maceió e com atua o junto a um maior número de crianças matriculadas. Os resultados do estudo contribuem para problematizarmos os desafios da inclusão escolar³, alertando-nos para as ameaças das práticas pedagógicas de assujeitamento e silenciamento de crianças com deficiência na primeira etapa da educa o básica, ao conceberem deficiência como doença e se pautarem em currículos paralelos, ampliando as desigualdades de garantia do direito   educa o.

Os dois próximos artigos dizem respeito aos estudos sobre crianças com deficiências. O primeiro, de autoria da pesquisadora mexicana Andrea Cristina Moctezuma Balderas, sob o título "Aspectos socioculturales de las infancias nahuas en situación de discapacidad de la huasteca potosina, México", que faz parte de uma pesquisa etnográfica, problematiza as rela es entre infâncias Nahuas com deficiência,

³ Utilizamos, tal como a autora, "inclusão escolar" para nos referirmos   inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdota o, em institui es educacionais comuns e não segregadas. O termo "inclusão"   poliss mico e abarca disputas em torno das diversas concep es e conota es. Compreendemos que o termo "escolar" precisa ser relativizado quando nos referimos   educa o infantil, dadas as ameaças das perspectivas escolarizantes que assombam a primeira etapa da educa o básica. Na educa o especial, o termo "inclusão escolar" marca a defesa do direito   educa o em espaços coletivos, não segregados, do seu público.

em contextos indígenas da região Hausteca Potosina, no México. A partir de uma perspectiva antropológica – o conceito de infâncias indicado pela autora considera a agência de meninas e meninos indígenas com deficiência –, a autora faz crítica aos modelos sociais baseados na lógica adultocentrada que versam sobre a incompletude de crianças. Faz, ainda, crítica aos modelos de atenção dispensados às pessoas com deficiência pelos Estados capitalistas nos contextos das sociedades latino-americanas e no território mexicano. A autora apresenta o conceito de comunidade, contribuindo para pensarmos sobre possibilidades coletivas de educação e cuidado destinadas às pessoas com deficiência, o que pode ser potencializador para articularmos às discussões no âmbito da educação infantil.

O segundo artigo, intitulado “A visão das crianças ribeirinhas com deficiência sobre si e sobre a comunidade”, produzido por Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes e Ingrid Dias Nascimento, na intenção de dar visibilidade à ação social das crianças ribeirinhas com deficiência, tem como objetivo apresentar os olhares das crianças com deficiência de uma comunidade ribeirinha no município de Maracanã (PA) sobre si mesmas e sobre a comunidade em que vivem. A produção – um recorte de uma pesquisa de Iniciação Científica – lança mão de fotografias produzidas por crianças, assim como entrevistas semiestruturadas, na tentativa de propor outras formas de interagir com pessoas com deficiência, na direção de valorizar suas produções e suas maneiras de olhar para o mundo.

Os quatro artigos seguintes problematizam as temáticas sobre infâncias e deficiências, a partir das políticas e práticas pedagógicas. O texto “Medicalização na infância: disciplinamento, controle e punição”, de Ana Carolina Christofari, apresenta contribuição para as discussões acerca da perspectiva inclusiva de educação, ao tensionar os efeitos das políticas baseadas na medicalização que afetam crianças com e sem deficiência. O estudo, com base na análise do discurso fundamentada por Foucault, analisou a documentação produzida nas salas multimeios do município de Florianópolis (SC), enfocando os discursos produzidos sobre crianças que as frequentam. Os resultados revelam a prevalência dos discursos médicos que enfatizam a perspectiva médico-clínica, fortalecida por uma visão biologicista e patologizante, o que acaba por produzir barreiras no direito à educação de crianças.

O artigo “O papel dos adultos e a garantia dos direitos de aprendizagem de todas as crianças”, de Mariane Falco, ajuda-nos a pensar sobre o papel dos adultos nos contextos de educação infantil inclusiva, de modo que a participação de todas as crianças seja garantida, considerando as diferenças que cada uma delas manifesta nas

interações e brincadeiras – eixos dos currículos na primeira etapa da educação básica. A produção se trata de um estudo de caso, com ênfase na educação de crianças com deficiências e, num tom propositivo, defende que a qualidade dos serviços ofertados na primeira etapa da educação básica pressupõe concepções de crianças, deficiência e educação infantil baseadas na perspectiva inclusiva de educação.

De caráter propositivo, o artigo das autoras portuguesas Marta Joana Pinto e Ana Maria Serrano, intitulado “Percepção dos profissionais acerca da participação das famílias no apoio pelas equipas de intervenção precoce”, reconhece que os serviços baseados na perspectiva da educação inclusiva pressupõem, essencialmente, a colaboração das famílias junto às equipes que atuam no serviço de intervenção precoce implementado em Portugal. A produção é parte de um estudo de análise qualitativa que dialoga com os/as profissionais de intervenção precoce na infância. As considerações do estudo valorizam a participação das famílias como estratégia fundamental para as práticas de atendimento às crianças com deficiência e colaboram para o fortalecimento da implementação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância e para a criação das Equipes Locais de Intervenção, numa dimensão de responsabilidades compartilhadas de educação e cuidado.

Considerando a realidade brasileira, o texto “Papéis dos profissionais de apoio à inclusão escolar em um município do Pará”, produzido por Juliane Dayrle Vasconcelos da Costa e Carla Ariela Rios Vilaronga, investiga as condições de trabalho de profissionais que exercem funções de apoio ao processo de inclusão de crianças com deficiências em contextos de educação infantil, objetivando identificar as atribuições desempenhadas por essas pessoas. O estudo, de abordagem qualitativa do tipo descritiva, com delineamento de estudo de caso, realiza entrevistas individuais e com grupos focais, evidenciando a complexidade dos papéis realizados por essas e esses profissionais. Ao mesmo tempo, o estudo revela as poucas interlocuções da atuação desses sujeitos com as especificidades das crianças com deficiência matriculadas na primeira etapa da educação básica. Nessa direção, a pesquisa contribui para reflexões sobre a necessidade de aproximações mais articuladas entre os campos da educação especial e da educação infantil.

Por fim, apresentamos duas produções que, elaboradas a partir de um encadeamento entre estudos que articulam infâncias e deficiências, constituem-se como inspiradoras de propostas para práticas pedagógicas ancoradas em perspectivas anticapacitistas que nos convidam a ressignificar o direito à educação de crianças com deficiência em espaços inclusivos, de modo a amplificar nossas vozes em defesa da

permanência dessas pessoas nos espaços coletivos, reconhecendo a ação social de cada uma delas. Nesse sentido, André Luís de Souza Lima, Carla Kornoppi Vasques e Luciane Pandini Simiano compartilham conosco o texto “Ação pedagógica inclusiva na educação infantil: indiciarismo como princípio”. Fundamentado nas contribuições da documentação pedagógica e da Psicanálise, o artigo apresenta uma cena narrada a partir do trabalho de uma professora com uma criança autista num contexto de educação infantil. As autoras e o autor problematizam o modelo biomédico de deficiência, propondo que as análises levem em conta o paradigma indiciário, com base nos estudos de Carlo Ginzburg, como possibilidade de colocar em xeque as perspectivas racionalistas ancoradas no pensamento científico moderno. A produção contribui para ressignificarmos a perspectiva da educação inclusiva. As autoras e o autor defendem, ainda, o Atendimento Educacional Especializado desde a educação infantil, como garantia do direito à educação de bebês e crianças com deficiências.

A produção “Brincar com as mãos: narrativas do brincar simbólico de crianças surdas”, de autoria de Paulo Sérgio Fochi, Maurício dos Santos Ferreira e Bianca Maidana Alflen, encerra o dossiê. O texto é um convite poético para os estudos sobre o brincar, com ênfase nas discussões sobre infâncias e crianças, sendo elas surdas ou ouvintes. Com escrita sensível, o artigo apresenta a defesa política do brincar como um direito de todas as crianças, ancorado no paradigma da educação inclusiva e numa dimensão de educação humanizadora. A produção, elaborada num formato acessível, apresenta episódios no formato transcrito, em vídeos e com legenda, possibilitando o encontro entre leitoras e leitores, adultos/as ou crianças, com as experiências narradas.

Com alegria, despedimo-nos das leitoras e leitores, certas e certo dos limites, das lacunas e dos desafios manifestados neste dossiê, mas tomadas e tomado pelo desejo de darmos continuidade aos estudos e às pesquisas que aproximem a primeira etapa da educação básica à educação especial, pelo viés das articulações entre infâncias e deficiências. Uma Pedagogia Aleijada desde a educação infantil começa por romper com os paradigmas que invisibilizam bebês, crianças, docentes, pesquisadoras e pesquisadores com deficiência. Uma Pedagogia Aleijada propõe fraturas, desconstrói barreiras e se engaja em práticas na contramão das hierarquias de poder impostas pelas sociedades capitalistas que se beneficiam do capacitismo estrutural, do racismo estrutural, do sexismo, do patriarcado e do adultocentrismo. Não podemos deixar de agradecer à Revista Zero-a-Seis pela visibilidade dada à temática proposta neste dossiê, em especial à professora Márcia Buss-Simão, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo compromisso com as pesquisas com/sobre as crianças.

Deixamos o nosso abraço e desejamos uma excelente leitura!

Fernanda Souza
Saimonton Tinôco
Andreia Regina de Oliveira Camargo

REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, ano 10, jan./jun. 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: VV. AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

MAGNABOSCO, Molise de Bem; SOUZA, Leonardo Lemos de. Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019.

MCRUER, Robert. Capacidad corporal obligatoria y existência discapitada queer. **Papeles del CEIC**, v. 2, 2020.

PÉREZ, Melania Moscoso; RIPOLLÉS, Soledad Arnau. Lo Queer e lo Crip, como formas de re-apropiación de la dignidade dissidente. Una conversación com Robert McRuer. **Dilemata**, La Rioja, año 8, n. 20, p. 137-144, 2016.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a "infância como fenômeno social". **Proposições**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 199-211, jan./abr. 2011.

SOUZA, Fernanda Cristina de. **Educação infantil, educação especial e planos nacionais de educação pós anos 1990**. 2018. 217 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Educação, São Paulo, 2018.